

Nesta Edição:

- Câmara aprova Medida Provisória 526 de 2011 – Recursos para a inovação tecnológica;
- PLS 40 de 2010 – benefícios fiscais a empresas automotivas que venham se instalar na faixa de fronteira da região Sul;
- SENAI participa de debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE);
- Sistema Tributário Brasileiro e Competitividade Externa é tema de audiência em Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Medida Provisória 526: recursos para inovação tecnológica

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na noite de hoje, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória (MPV) 526, que amplia a autorização para que o Tesouro subsidie os financiamentos do BNDES destinados à aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, projetos de engenharia e à inovação tecnológica. O relator da MPV foi o deputado Arthur Lira (PP/AL).

A Medida Provisória, na prática, prorroga o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), executado pelo BNDES. O Programa foi instituído em 2009 como uma das principais medidas para combater a crise financeira internacional. Seu objetivo principal é o de estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica num cenário no qual o crédito produtivo tornou-se escasso e as taxas de juros elevaram-se rapidamente, colocando em risco os investimentos do setor privado.

O texto aprovado prorroga a autorização até 30 de junho de 2012 (originalmente, a prorrogação prevista pela MPV era 31 de dezembro de 2011) e mantém a ampliação do valor dos financiamentos em R\$ 75 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão será destinado a projetos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Desta forma, o valor total dos financiamentos que podem ter juros equalizados pelo Tesouro passou para R\$ 209 bilhões.

A proposta justifica-se pela necessidade de implementação de mecanismos que ampliem a capacidade concorrencial das empresas brasileiras através de investimentos em inovações e modernização do parque produtivo, com efeitos diretos na renda e empregos, em meio a um cenário mundial ainda passível de reflexos da crise de 2008.

O texto do PLV mantém as regras previstas na redação original da MPV quanto à autorização de capitalização do BNDES em R\$ 55 bilhões bem como na ampliação do prazo de permuta dos Certificados Financeiros do Tesouro para 31 de dezembro de 2011. No que diz respeito às alterações inseridas no projeto, destacam-se os seguintes pontos:

- ✓ inclui, no espectro de financiamentos do BNDES passíveis de subvenção econômica, as estruturas para exportação de graneis líquidos;
- ✓ obriga que BNDES envie ao Congresso relatório sobre as operações realizadas com recursos do Tesouro;
- ✓ autoriza prorrogação de atos concessórios de drawback que beneficiem a indústria têxtil e de confecção nacional; e
- ✓ altera a regulamentação da certificação das Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos.

O texto segue para o Senado Federal.

PLS 40 de 2010 – benefícios fiscais a empresas automotivas que venham se instalar na faixa de fronteira da região Sul

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado aprovou hoje o PLS 40 de 2010 de autoria do então senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS) que objetiva a inclusão da faixa da fronteira da Região Sul entre as áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus a crédito presumido do IPI. Estende às empresas automotivas instalados ou que venham a se instalar na faixa de fronteira da Região Sul, o benefício do crédito presumido do IPI, a ser deduzido na apuração desse imposto, incidente nas saídas, do estabelecimento industrial, dos veículos automotores classificados nas posições 8702 a 8704 da tabela TIPI (atualmente esse benefício aplica-se apenas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto no DF).

Em alentado parecer a senadora Ana Amélia (PP/RS) manifestou sua concordância com o autor quanto ao mérito da proposição pela importância de reduzirem-se as desigualdades regionais. Disse compartilhar da visão de que o incentivo fiscal proposto pode ser um mecanismo capaz de contribuir de modo efetivo para a almejada melhoria dos indicadores sociais e econômicos da faixa de fronteira da Região Sul.

A relatora ofereceu Emenda, que foi aprovada, para dar nova redação ao § 1º do art. 1º e ao art. 2º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, com o seguinte teor:

“Art. 1º

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos empreendimentos industriais nas mesorregiões da Metade Sul e do Noroeste do Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira da Região Sul e na Região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal.” (NR)

“Art. 2º O crédito presumido referido no artigo anterior somente será usufruído pelos contribuintes cujos projetos hajam sido apresentados até 31 de dezembro de 2012” (NR)

SENAI participa de debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE)

A Comissão Especial (CESP) da Câmara que debate o PNE – Plano Nacional de Educação (PL 8035/2010) realizou hoje à tarde audiência pública para tratar da educação profissional com representantes do SENAI, SENAC, MEC e da UFPR. Amanhã, 14h30min, a CESP realizará audiência com Fernando Haddad, Ministro da Educação. Na próxima semana (21/6) o convidado será Cláudio de Moura Castro, especialista em educação.

Regina Maria de Fátima Torres, representante do SENAI, fez um comparativo entre os países desenvolvidos e os *BRICs* no que diz respeito à educação profissional, demonstrando que é preciso avançar muito para que o Brasil possa alcançar países desenvolvidos como Canadá, Japão e EUA. Além disso, demonstrou que entre os *BRICs* a China é o país mais avançado no desenvolvimento da educação profissional. Diante do cenário apontado, defendeu o fortalecimento urgente das redes públicas e privadas de educação profissional. Ressaltou que o PNE precisa ter um foco na qualidade do processo educativo, ofertando matrículas de educação de jovens e adultos de forma articulada à educação profissional, ampliando as possibilidades de oferta pelas instituições e de oportunidades para os jovens.

Lembrou que o SENAI atende de 50% a 52% das matrículas do ensino profissionalizante; já atendeu a dois milhões e 500 mil cidadãos e que a entidade pretende formar quatro milhões até 2012. De acordo com Regina Torres, o SENAI já mapeou as demandas, entre elas a de 4.600 docentes, e os novos perfis profissionais que serão exigidos nos Estados, de acordo com seus perfis produtivos. Para capacitar os docentes o SENAI desenvolverá um programa de atualização e MBAs. A representante do SENAI finalizou informando que foi constatada a inserção no mercado de trabalho de 90% dos alunos que concluíram cursos na entidade, segundo pesquisa realizada em 2009 (a pesquisa é feita após um ano da conclusão do curso profissionalizante).

Acácia Zeneide Kuenzer, professora da Universidade Federal do Paraná, tratou do desafio da universalização da educação profissional com qualidade social. Afirmou que o ensino profissional está inserido na educação pública por força da LDB e que é preciso ter diagnósticos para fixar metas, coisa que o governo não fez até o momento. Quanto à universalização do acesso ao ensino profissionalizante, apresentou dados visando demonstrar que o País não está progredindo e que na realidade há um retrocesso nesse aspecto. Quanto à permanência do aluno, disse que há crescimento nas taxas de repetência e de evasão, o que indica que há algo errado. Refutou a tese de que o aumento da escolaridade resulte em aumento da empregabilidade, pois a taxa de desocupação dos jovens mais pobres não diminui, não obstante estejam ficando mais tempo na escola.

Sugeriu criar um fórum permanente para acompanhar e avaliar os indicadores e metas definidas. Defendeu que deve ser buscada uma universalização progressiva independente da faixa etária (sem restringir aos 17 anos, como propõe o PNE). Quanto ao financiamento, defendeu que sejam aplicados em educação 10% do PIB a partir de 2014. Defendeu o ensino médio integrado à educação profissional nas versões regular e PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - para jovens trabalhadores, os quais devem ser a meta prioritária do PNE. Finalizou afirmando que é preciso definir metas claras para as políticas de assistência ao estudante (gratuidade assistida; bolsas; alimentação).

Simone Valdete dos Santos, Diretora de Políticas para Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, tratou da meta 10 do PNE – oferta de 25%, no mínimo, das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Afirmou que o acordo de metas de gratuidade firmado entre o Governo e o Sistema S evidencia a parceria entre o setor público e privado, ressaltando que se busca atingir 66% das matrículas gratuitas até 2020. Defendeu o SISTEC, que é um sistema desenvolvido pelo governo federal para centralizar dados do ensino profissionalizante público e privado, visando embasar a tomada de decisões das políticas públicas e programas do ensino profissional.

Quanto à meta 11 – duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta -, ressaltou que na visão do MEC a modalidade integrada é a mais adequada para os jovens trabalhadores, exceto em algumas áreas como a área de saúde. O MEC, dentro dessa meta, prevê a expansão da rede técnica federal, a fim de ampliar de 240 mil matrículas para 552 mil matrículas presenciais. Se somado à expansão da rede federal o programa Brasil Profissionalizado – que visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica - e acordo com o Sistema S, a intenção é chegar a dois milhões de matrículas até 2014 e oito milhões até 2020.

Anna Beatriz de Almeida Waehneltdt, Diretora de Educação Profissional do SENAC Nacional, tratou das ações desenvolvidas pela entidade na educação profissional, afirmando que o SENAI desenvolve cursos em oito eixos tecnológicos e que em 2009 e 2010 atendeu 410 mil alunos gratuitamente, conforme o acordo firmado entre o Governo e Sistema S. Deu destaque à meta 11 e defendeu que o Conselho Nacional de Educação permita a oferta de cursos à distância.

O deputado **Ângelo Vanhoni (PT/PR), relator do PNE**, questionou os palestrantes sobre o argumento lançado em outra reunião pelo especialista em educação e Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro, Simon Schwartzman, de que há uma certa “falência” do ensino médio, que dirige os jovens para ter uma profissão de nível superior sem que os cursos superiores sejam ofertados em quantidade e qualidade suficiente a esses jovens recém egressos do ensino médio. Segundo o relator, o palestrante teria defendido uma ruptura, devendo ser alterada a grade curricular para que somente até os 15 anos de idade o jovem ficasse focado em uma formação acadêmica/holística e, a partir daí, poderia optar por uma formação profissional.

Acácia afirmou que há um equívoco nesse argumento, pois não há educação profissional se não estiver ancorada em educação básica de qualidade. A representante do MEC também se manifestou contrária à sugestão do palestrante, pois não há como afirmar que o aluno com 15 anos tenha maturidade para decidir seu destino profissional. Além disso, criticou a proposta pois não se faz um bom profissional de forma apressada e em um curto intervalo de tempo. Lembrou de um projeto que tramita a alguns anos na Câmara que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional, sugerindo que seu debate fosse retomado na casa.

A **representante do SENAI** lembrou que a CNI fez pesquisa recente que apontou haver um “apagão de mão-de-obra” que se dá, em grande medida, pela ausência de ensino básico de qualidade. Isso, na visão de Regina Torres, impacta os cursos profissionalizantes, dificultando a formação de profissionais mais qualificados. O deputado Gastão Vieira sugeriu que as representantes do SENAI e SENAC enviassem ao Conselho Nacional de Educação uma nova proposta de currículo, que aproveitasse a expertise adquirida por muitos anos pelas duas entidades.

Sistema Tributário Brasileiro e Competitividade Externa é tema de audiência em Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Audiência na Subcomissão Permanente de avaliação do Sistema Tributário Nacional da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – promoveu debate sobre o sistema tributário brasileiro e seus reflexos na competitividade externa. Convidados os Senhores. Roberto Giannetti, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP; Júlio Sérgio Gomes de Almeida, representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI; João Hamilton Rech, coordenador de tributos sobre a produção e o comércio exterior da Receita Federal; e Luiz Felipe Rech, também da Receita Federal. Temas afetos à indústria brasileira como desoneração das exportações, ressarcimento de PIS e COFINS, guerra fiscal, dentre outros, foram debatidos pelos palestrantes.

Roberto Giannetti, representante da FIESP, salientou que a competitividade da indústria brasileira, mesmo diante do panorama econômico apresentado pelo governo, está em situação crítica e grave. Afirmou isso ao analisar fatores exógenos à indústria, como a carga tributária, que impossibilitam um crescimento seguro e contínuo do setor. Asseverou que no Brasil temos um número crescente de importações e decrescente de exportações, fato que prejudica o produto interno e desmotiva o empresariado quando observado que subsídios e incentivos fiscais - econômicos são dados aos importadores sem que se leve em consideração a produção nacional. Para Giannetti, afora os juros e o câmbio comandado pelo mercado futuro, temos duas grandes questões atreladas à desaceleração do crescimento industrial: a desoneração tributária das exportações – ressarcimento parcial do PIS e da COFINS recolhidos antecipadamente – e a guerra fiscal baseada no ICMS.

Júlio Sérgio do IEDI abordou o tema asseverando que o setor produtivo, em especial, está ameaçado. Apresentou dados técnicos que demonstram que grandes empresas ligadas ao agronegócio estão saindo do Brasil por problemas de competitividade no mercado interno. Ao abordar o tema mercado externo frisou que o novo desafio competitivo do mundo globalizado é a China, mercado de massa crescente, a Coreia e a Alemanha.

João Hamilton Rech e Luiz Felipe Rech - para os representantes da Receita Federal do Brasil, a visão baseada em atos já realizados pela SRF em parceria com o Ministério da Fazenda, já têm a intenção e efeitos concretos que possibilitam o aumento da competitividade do produto nacional. Demonstraram dados de desoneração tributária sobre exportações como: IPI, Cide-combustível, Simples Nacional, a discussão sobre a viabilidade de substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de salários por uma contribuição social sobre a receita ou o faturamento. Para eles a tributação na importação deve obedecer à simetria tributária, ou seja, simétrica à tributação interna. Assim, se temos IPI teremos IPI vinculado à importação e nesse sentido também o PIS/COFINS, Cide- combustível.

Ao final dos debates, concluiu-se que para o efetivo crescimento da competitividade da indústria brasileira é primordial uma repactuação federativa, para que os Estados, auxiliados pelos bancos de desenvolvimento e pelas agências de fomento, tenham condições de empreender de forma equânime nos setores industriais de ponta a eles pertencentes e de forma justa tornem o produto nacional competitivo sem a demasiada e famigerada carga tributária fomentada pela guerra fiscal.

A audiência foi presidida pelo senador José Pimentel (PT/CE). Participaram do debate os Senadores, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Eduardo Braga (PMDB/AM) Armando Monteiro (PTB/PE), Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC) Inácio Arruda (PCdoB/CE), e Flexa Ribeiro (PSDB/PA).

Temas de destaque como o de hoje ainda serão abordados pela Subcomissão da CAE e noticiados pela CNI na defesa do interesse da indústria.